

Aperfeiçoar as instalações complementares do Aeroporto

Para transformar Macau num Centro Internacional de Turismo e Lazer, estão a ser optimizadas as diversas infra-estruturas de transporte e trânsito, de alojamento e os pontos turísticos. Tudo isto para Macau se transformar numa cidade de turismo de alta qualidade. Contudo, registaram-se há dias cancelamentos e atrasos de diversos voos, devido ao mau tempo, e foi por pouco que não se registou um incidente, ficando assim expostas as falhas na pista de aterragem, que requerem uma solução, especialmente, para bem da segurança de residentes e visitantes, e porque Macau pretende afirmar-se como centro internacional de turismo e lazer, como plataforma de comércio entre a China e os Países Lusófonos, e explorar mais fontes de visitantes.

Entendem os peritos na matéria que (1) os aviões aterram e descolam contra o vento para evitar incidentes; (2) Macau dispõe actualmente de uma pista exposta a vento do sudeste, portanto, a aterragem deve ser feita, idealmente, na pista norte 16, mas devido a problemas de controlo aéreo em Zhuhai, a aterragem é feita a uma distância muito curta e, depois de se dar a volta à colina de Pan Cheong, quando o vento sul sopra a 10 milhas náuticas a pista sul está a favor do vento e a maioria dos aviões tem de aterrar na pista sul 34; (3) quando o vento sul sopra a mais de 10 milhas náuticas por hora, os aviões apenas podem utilizar a pista sul 16; e (4), quando as nuvens estão baixas e falta visibilidade, a aterragem é feita a curta distância na pista norte 16, depois de uma brusca volta, o que é perigoso e significa que a aterragem tem lugar já muito próximo de Macau. Foi esta a situação que levou ao cancelamento e atraso dos voos.

Isto demonstra que existem graves deficiências e riscos para a segurança na pista do Aeroporto de Macau, que se acentuam quando há mau tempo. O Aeroporto de Macau é internacional, mas nem tem capacidade para aviões de grande dimensão, como o A380, etc., portanto, é difícil criar mais rotas directas e internacionais. Com vista a elevar a segurança e a alargar as fontes de clientes a nível internacional, o Governo tem de resolver os problemas da pista do Aeroporto Internacional de Macau.

Assim sendo, sugiro ao Governo que:

1. Negoceie, quanto antes, com a Administração Geral da Aviação Civil do Estado e com o Governo de Zhuhai sobre a abertura do espaço aéreo da Montanha BanZhang, no sentido de permitir que os voos deixam de dar a volta naquela montanha para aterrar, a curta distância e depois de uma rápida volta, na pista norte n.º 16 do Aeroporto de Macau;
2. Defina um planeamento de longo prazo para a construção da 2.^a pista do

Aeroporto, no sentido de suprir as deficiências para a descolagem e aterragem a norte e sul da pista do Aeroporto, com vista a dar resposta à necessidade de criação de mais rotas aéreas internacionais, a permitir acolher aviões de grande dimensão, e a evitar que os voos vindos do norte passem pela zona A dos novos aterros para chegar ao Aeroporto de Macau.

IAOD dos Deputados Chui Sai Peng e Kou Hoi In em 18.05.2015

As receitas brutas do jogo caíram ao longo de 11 meses consecutivos, em Abril registaram 19 mil e 100 milhões de patacas, uma diminuição de 38,38% em comparação com o período homólogo, isto é, regressámos aos níveis registados em Fevereiro de 2011. De acordo com as notícias, as pessoas que frequentam os casinos passaram do mercado VIP para o mercado de massas, agora, é maior o número de clientes, mas tal não significa aumento das receitas. De facto, a economia de Macau continua com muito vigor, e perante o ajustamento do valor das receitas do jogo, o Governo da RAEM deve, através da cooperação regional e da promoção da economia comunitária, garantir a estabilidade social e o desenvolvimento económico.

Nos últimos anos, as receitas do Governo da RAEM estavam muito dependentes do imposto sobre o jogo, e com o desenvolvimento da sociedade e os anseios da população, as despesas correntes, com a segurança social, e as relacionadas com os benefícios sociais do Governo foram “exacerbadas”. Mais, com o envelhecimento da sociedade, muitos problemas já estão “à porta”, nomeadamente, os relacionados com a sanidade, saúde e segurança social. Nos últimos 10 anos, o único sector que cresceu, e em flecha, foi o do jogo, e nesse período o Governo não teve de se preocupar com as suas receitas, contudo, os tempos mudaram, e mesmo que as receitas do jogo continuem a ser a principal fonte do Governo, temos de estar preparados para aumentar as receitas e diminuir as despesas, bem como para qualquer adversidade, caso contrário, será tarde demais. Macau enfrenta, actualmente, um novo desafio económico, pelo que não podemos pensar nem recorrer aos métodos de resolução antigos para resolver novos problemas, e temos de nos manter fortes, para enfrentar os novos desafios.

Fazendo uma retrospectiva sobre o “12.º Plano de desenvolvimento quinquenal do Estado”, lançado em 2011, que já referia a necessidade de diversificação da economia, e interpretando essa ideia tendo em conta a realidade, pode verificar-se que, neste momento, a urgência recai sobre a diversificação das receitas financeiras e do emprego. Com vista a suprir as deficiências naturais do desenvolvimento da RAEM, o Estado promoveu a assinatura do “Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau” para, através da cooperação regional, se alcançar a diversificação adequada da economia e um nível de desenvolvimento favorável para a população de Macau. Com a cooperação entre Guangdong e Macau nestes últimos anos, o Governo da RAEM já encontrou o rumo e as prioridades desta cooperação - para além da Ilha de Henqin, que está a desenvolver-se bem, o Estado promoveu mais projectos-piloto de cooperação em Nansha - Cantão, Qianhai- Shenchen, Cuiheng- Chongshan e Da gang wan - Jianmen, para que os residentes de Macau ponham de parte o seu pensamento tradicional.

Da experiência da Ilha de Henqin, ficamos a perceber que futuras plataformas de cooperação devem visar o benefício da população e satisfazer as novas

necessidades das PME, que são a maioria das empresas de Macau, e que pertencem, na maioria, a empresários jovens e de meia idade, para a sua participação na cooperação entre Guangdong e Macau em várias áreas, económica, social, cultural, etc., no sentido de incentivar os jovens a estudarem, trabalharem, especializarem-se numa profissão, estabelecerem-se por conta própria, até mesmo a concretizarem o sonho de ter casa própria, assim como para se disponibilizarem mais opções de vida e comerciais, e melhorar a qualidade de vida das gerações mais velhas. Espero então que o Governo proceda à poupança de erário público, que acelere o passo do investimento e que decida actuar através da cooperação Guangdong e Macau, melhore a distribuição dos recursos financeiros, e aproveite a cooperação regional a longo prazo, para conseguir mais receitas financeiras. Estas são soluções radicais e responsáveis, com vista a resolver as dificuldades que Macau enfrenta.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 18.05.2015

A nova equipa governativa já assumiu funções há cinco meses. Com a mudança dos titulares dos principais cargos, alguns directores de serviço voltaram aos lugares de origem, demitiram-se, e aposentaram-se. Através do debate das LAG, a nova equipa mostrou à sociedade uma nova imagem e uma nova mentalidade, mas trouxe novos problemas. Alguns antigos dirigentes, por terem pouca capacidade, serem burocráticos, e desinteressados em encontrar soluções para os problemas, demitiram-se, mas deixaram a “casa toda desarrumada”, pois entendem que ninguém lhes vai pedir responsabilidades. Trata-se de uma deficiência do nosso sistema que já está enraizada, portanto, há que acabar com isto logo na origem. Quanto aos recém-empossados, prometem mundos e fundos, mas pergunta-se: como é que vão resolver os novos e os velhos problemas? Se o sistema de responsabilização não funciona, e se com o passar do tempo estes se mostrarem incompetentes, também podem ser transferidos para outros cargos, regressar aos lugares de origem, demitir-se, e aposentar-se. E as coisas podem complicar-se.

Se calhar, a franqueza do Secretário Raimundo do Rosário, que tutela a área com mais problemas, que é a dos transportes e obras públicas, pode não ser uma coisa assim tão boa, pois nem tudo deve ser tonado público. Afirmou que não é polícia, portanto, não está cá para andar a apurar responsabilidades, mas sim para resolver problemas. O seu antecessor deixou muitos problemas por resolver, e os residentes não sabem a quem pedir responsabilidades. Será que os resultados da análise de tudo isso não devem servir de referência aos actuais dirigentes?

Primeiro, os problemas são constantes e não aconteceram por acaso. Os problemas relacionados com as obras do metro ligeiro, transportes públicos, novos aterros urbanos, telecomunicações, televisão, e habitações públicas não apareceram de um dia para outro. Na edição de 16 de Abril do Jornal “Renmin”, as obras do metro ligeiro de Macau eram qualificadas como “obras de Santa Engrácia”. Trata-se de um projecto lançado há mais de 10 anos, e o Gabinete para as Infra-estruturas de Transporte foi criado em 2007. Segundo o Secretário Raimundo do Rosário, os elementos, por serem jovens, não dominam bem os procedimentos governamentais, portanto, está-se perante uma deficiência congénita. As tarifas dos autocarros são calculadas com base na quilometragem, e a lei foi incorrectamente aplicada no caso dos contratos, portanto, um erro cometido logo à partida. Relativamente às obras de aterro da Zona E1, o concurso público tem de ser lançado pela segunda vez, porque no primeiro não se previu um mecanismo para as propostas com o mesmo preço. No conflito dos anteneiros, o director responsável pediu aos residentes para montarem eles próprios as suas antenas, o que é absurdo. Na venda de habitações públicas, foram aplicadas, erradamente, normas jurídicas que levaram a sua venda ao desbarato, para além dos problemas de falta de qualidade e de incompetências na fiscalização. Trata-se, portanto, duma situação perdulária logo desde o início, por serem limitadas as

capacidades dos dirigentes e fracos os seus conhecimentos sobre as leis.

Segundo, falhas na tomada de decisão. Em 12 de Fevereiro deste ano, referi na intervenção de antes da ordem do dia que “os serviços de concepção, fiscalização e consultadoria, bem como as obras de construção das carruagens, no âmbito da primeira fase do metro ligeiro - traçado da Taipa, foram adjudicados a quase 10 empresas diferentes. O comprimento total do traçado é de 8,39 quilómetros, há viadutos e 11 estações. As referidas obras foram adjudicadas em 3 concursos públicos a 3 joint ventures formadas, respectivamente, por 6 empresas da China, de Taiwan e de Macau.”. As obras do metro ligeiro foram adjudicadas a várias empresas, e mesmo contratando trabalhadores de nível internacional, também se verificam problemas. Segundo o Secretário Raimundo do Rosário, “as obras do traçado da Taipa foram adjudicadas por partes, naquela altura; tentou-se proporcionar oportunidades de trabalho a mais empresas mas aumentou-se o volume de trabalho do Gabinete para as infra-estruturas de transportes.”. A decisão foi tomada sem ponderação ou talvez influenciada por opiniões equivocadas de poucas pessoas. A obra do metro ligeiro exige elevadas técnicas, então será assim tão necessário que seja uma empresa local a assumi-la? Há que mencionar um fenómeno estranho - existem mais processos judiciais do que construções, e tanto no caso das carruagens como das habitações públicas de Mong Há, quem é que se atreve a intentar uma acção judicial? Trata-se de empresas que pertencem a empresários locais. A razão disto é algo que merece a nossa ponderação.

O Governo não toma decisões, daí o arrastamento dos problemas. O concurso público para a obra do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro teve lugar em Abril de 2012, e o prazo de execução é de 1014 dias. Só depois de a obra ter sido adjudicada a um consórcio de duas empresas privadas é que os problemas surgiram, mas infelizmente o Governo não conseguiu resolvê-los, e o mais grave é que, mesmo sabendo que existem problemas, não os divulgou, deixou que se arrastassem durante um ano, permitiu às duas empresas que se fossem revezando no papel de líder, os problemas agravaram-se, e neste momento é possível que se tenha de recorrer à via judicial. O Gabinete para o Desenvolvimento das Infra-estruturas (GDI) é o proprietário das habitações públicas de Mong Há, e há dois anos, o empreiteiro entrou em conflito com o subempreiteiro, e na altura, houve mesmo um deputado que prestou apoio. O GDI já sabia dessa situação, e depois de o empreiteiro ter trocado de subempreiteiro, as obras pararam, e depois iniciou-se o processo judicial. Parece que o GDI não teve outro remédio.

Segundo alguns residentes, são vários os problemas da área dos transportes e obras públicas, e a principal razão tem a ver com as obras públicas serem mais visíveis e estarem relacionadas com a vida da população. Os problemas nas outras áreas também não são poucos, mas como a população não os conhece e só consegue informações através do que dizem os governantes. Esta acredita que há sempre alguém que vai assumir o cargo, mas o que mais a preocupa é que se o regime de responsabilização de governantes não for criado e não for nem eficaz

nem bem sucedido, os governantes que vierem vão fazer o mesmo, e os que não cumprem acabam por abandonar os cargos quando bem entenderem. À medida que a sociedade sofre mudanças, os problemas, novos e antigos, podem aumentar. O Governo deve reforçar a construção do regime de responsabilização dos governantes, enriquecer o seu conteúdo, aperfeiçoar a reforma, evidenciar os efeitos do regime, e reforçar a dignidade da governação.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 18.05.2015

Rever a lei de combate às pensões ilegais durante este ano

A Lei de Proibição de Prestação Ilegal de Alojamento está em vigor há mais de quatro anos, mas o problema mantém-se. Segundo os dados do Governo, desde a sua entrada em vigor foram seladas 636 fracções, e entre Janeiro e Março deste ano 31. O Governo afirma que não afrouxou as operações de combate e que as sanções administrativas são relativamente elevadas, no entanto, as pensões ilegais crescem como ervas daninhas depois de ceifadas, e estão cada vez mais ocultas. Porquê? Isto merece reflexão.

A lei atribui competências à Direcção dos Serviços de Turismo para combater as pensões ilegais, e esta pode, quando necessário, solicitar o apoio de outros serviços públicos. Na verdade, as pensões ilegais que ofereciam alojamento a visitantes a preços mais acessíveis passaram, nestes últimos anos, a dedicar-se ao alojamento de determinados grupos de pessoas, passando a berço de determinados crimes. Segundo as estatísticas, metade das fracções autónomas seladas envolveu actos de cárcere privada, entrada e permanência ilegal em Macau, prostituição, consumo e tráfico de drogas, e homicídio. Portanto, actos que estão fora da alçada das competências da Direcção dos Serviços de Turismo. A angariação de clientes é feita cada vez mais às escondidas e aquela Direcção dispõe de apenas 54 fiscais, portanto, está muito aquém dos meios de recolha de provas e de investigação disponíveis nas polícias, portanto, se isto depender apenas dos Serviços de Turismo, podemos afirmar que esta não tem mesmo mãos a medir. Recordo-me que o Secretário Wong Sio Chak afirmou que “a força policial é limitada, mas a força comunitária é imensurável”, portanto, perante estes actos ilegais ocultos na sociedade, creio que se deve aproveitar, através do policiamento de proximidade, as sinergias dos residentes e das associações no que respeita à fiscalização. Se assim se fizer, creio que já é meio caminho andado.

A legislação tem por objectivo fornecer uma base legal para a sua execução, e clarificar o regime sancionatório, com vista a aumentar os efeitos dissuasores. Nos termos da lei de combate à prestação ilegal de alojamento, os Serviços de Turismo podem proceder à suspensão do abastecimento de água e de electricidade e à aposição de selo, entre outras medidas provisórias, e aplicar uma multa até 800 mil patacas, o que parece severo. Mas na prática, como as pensões ilegais são, na sua maioria, exploradas e controladas por indivíduos do exterior, apenas 10% dos infractores foram multados. Esta percentagem tão baixa afecta, directamente, a eficácia executora da lei, e os efeitos dissuasores saem, largamente, diminuídos. De acordo com o actual regime de arrendamento, este produz efeitos desde que seja lavrado um escrito particular, sendo ainda permitido o subarrendamento. Assim, tanto os titulares de documentos de viagem como os imigrantes ilegais podem, livremente ou através de terceiros, arrendar fracções, sem que os respectivos proprietários estejam sequer a par dos vários subarrendamentos celebrados. Quando os indivíduos que exploram e controlam

pensões ilegais conseguem fugir, a Administração procede à selagem da fracção por seis meses, ou até por mais tempo, e o proprietário é que sofre das consequências desse acto ilegal. No ano passado, acompanhámos um caso em que o proprietário incumbiu um agente imobiliário do arrendamento da sua fracção, que foi, porém, utilizada, para a exploração de pensão ilegal. A fracção foi selada durante sete meses, sem que o infractor fosse encontrado. Depois, foi depois entregue a um outro mediador, mas acabou por ser, novamente, utilizada como pensão ilegal, sendo o inquilino a mesma pessoa! Logo que descobriu o caso, o proprietário participou à Polícia.

No ano passado, a Comissão de Acompanhamento para os Assuntos da Administração Pública reuniu com o Governo para discutir sobre a implementação da Lei da proibição de prestação ilegal de alojamento, e os temas alvo de estudo foram: a execução da lei, as penalizações, a eventual criminalização, os serviços responsáveis pela execução da lei, os mecanismos de cooperação e a definição dos diplomas complementares. O Governo referiu que ia proceder ao acompanhamento de todos estes assuntos, mas já se passaram 9 meses e as pensões ilegais continuam. O Governo deve divulgar o ponto de situação da revisão da lei e como é que vai maximizar os resultados do respectivo combate.

Atendendo às várias questões verificadas nestes mais de 4 anos de implementação da referida Lei, espero que o Governo, tal como previsto, conclua a sua revisão este ano, e que os temas alvo desta incluam: caber às autoridades policiais a execução da lei, criminalizar as infracções para reforçar os efeitos dissuasores, e aperfeiçoar o actual regime de arrendamento, através da melhoria da lei da propriedade horizontal e da lei do arrendamento.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 18.05.2015

O ensino especial é uma medida educativa para apoio aos deficientes físicos e mentais. Nos últimos anos, o Governo investiu bastante nesta vertente de ensino, mas os efeitos são nenhuns, e quanto ao ensino integrado, os cursos não são aperfeiçoados e faltam terapeutas profissionais e docentes, o que impede o desenvolvimento do ensino especial. Há então que estudar, discutir e definir planos de longo prazo para promover o desenvolvimento aperfeiçoado do ensino especial, nomeadamente, o ensino integrado.

No Planeamento para os Próximos Dez anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020) refere-se a necessidade de reforçar o investimento no aperfeiçoamento do hardware e software, com vista a promover o desenvolvimento do ensino integrado. A sociedade presta cada vez mais atenção ao ensino especial e a sua consciencialização sobre esta matéria tem vindo a aumentar. Os encarregados de educação também sabem que quanto mais cedo os seus filhos deficientes físicos e mentais integrarem o ensino especial, maior será o contributo para o seu desenvolvimento saudável, razão pela qual aumentou este ano o número de alunos no ensino especial, embora os docentes, recursos, cursos, equipamentos, e apoio ao ensino integrado continuem a ser insuficientes. São diferentes os pontos de partida para a aprendizagem dos alunos do ensino integrado e dos do ensino normal, mas alguns docentes não ajustam nem os programas nem os métodos de ensino, continuam com o método tradicional, por isso, os alunos do ensino integrado não conseguem acompanhar o ritmo. O documento de consulta pública sobre a revisão do regime do ensino especial nada refere sobre os resultados do ensino integrado. Segundo os encarregados de educação, os seus filhos precisam de cursos complementares adaptados às suas capacidades e que lhes permitam praticar o que aprenderam, portanto, neste momento não existem cursos para estes alunos.

Os docentes, em geral, não possuem nem experiência nem conhecimentos profissionais suficientes para orientar estes alunos. Mesmo depois da frequência de formação organizada pelo Governo, o trabalho continua a ser-lhes custoso. Devido ao aumento do número de alunos no ensino integrado, torna-se importantíssimo reforçar a formação dos docentes das escolas de ensino integrado. As autoridades devem reforçar esse trabalho, com vista a que aqueles docentes adquiram mais conhecimentos e técnicas no âmbito do ensino especial. Dessa forma, serão capazes de aplicar os devidos métodos de ensino, de implementar currículos apropriados para os alunos do ensino integrado, e de colaborar, efectivamente, com as escolas, na implementação de reformas curriculares, promovendo-se, assim, o desenvolvimento a longo prazo do ensino integrado.

Relativamente ao ensino especial de Macau, a organização curricular também não é a mais perfeita. São sérias as faltas na fase do secundário, por isso, os encarregados de educação continuam à espera que o Governo aperfeiçoe o currículo do secundário no ensino especial, para que os alunos possam continuar os seus estudos. Faltam também recursos humanos na área da terapia, tais como terapeutas da fala, portanto, as autoridades devem envidar esforços para lidar com a falta de software e hardware no ensino especial, elaborar programas pedagógicos e definir orientações de ensino, organizar currículos adaptados às capacidades dos alunos, definir planos educativos a longo prazo, destinados a este tipo de alunos, e aperfeiçoar a equipa de profissionais e o sistema de ensino especial, com vista a promover o seu desenvolvimento equilibrado.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 18.05.2015

No debate das LAG da área da Economia e Finanças, em Março, o Secretário referiu, várias vezes, que ia reforçar os trabalhos relativos à gestão financeira pública, melhorar a situação financeira do Governo, através da diminuição das despesas e da exploração de fontes de receitas, e que ia também acelerar a revisão da Lei de Enquadramento Orçamental para a apresentar, quanto antes, à Assembleia Legislativa, para discussão, com vista a melhorar a fiscalização e execução do orçamento.

A gestão financeira é uma tarefa regular e relevante dos serviços financeiros e implica a elaboração e execução do plano financeiro e encerramento de contas. Essa gestão financeira compete ao Governo. Tem implicações com a elaboração e execução de políticas e diplomas financeiros, e tem ainda como função regulamentar as relações e o funcionamento do mercado financeiro. É na gestão financeira que se determina o nível geral e o resultado final de todos os trabalhos e é esta que influencia também, fortemente, os efeitos da reforma financeira e o desempenho das funções financeiras. É por isso que a qualidade e o nível da gestão financeira merecem a nossa elevada atenção, pois são factores cruciais definidores da situação financeira e económica e dos respectivos mecanismos de funcionamento da RAEM.

Segundo as estatísticas recentes, verificamos que, entre Janeiro e Abril deste ano, as receitas públicas de Macau atingiram 37,9 mil milhões de patacas - uma descida de 33.6% em comparação com o ano anterior; e as despesas públicas atingiram 17,048 mil milhões – um aumento anual de 56.3%, enquanto os saldos financeiros positivos, referentes ao período referido, atingiram 20,89 mil milhões – uma descida de 54.8%. A queda das receitas públicas deve-se, principalmente, à queda do imposto do jogo. Perante estas circunstâncias financeiras, o Secretário para a Economia e Finanças já tomou algumas medidas. Afirmou que vai intervir no ritmo do sector do jogo e não na sua dinâmica, definindo como linha de alerta, os montantes de 17 e 18 mil milhões para as receitas mensais do jogo. Caso as receitas do imposto do jogo sejam inferiores, serão implementados projectos de austeridade financeira. Verifica-se que se recorre aos meios administrativos para equilibrar a distribuição financeira, concretizar o aperfeiçoamento da distribuição financeira e promover o desenvolvimento gradual e equilibrado da economia de Macau.

Os meios administrativos constituem uma opção necessária e eficaz para elevar o nível da gestão financeira. Para atingir esse objectivo, o Governo, a par da coordenação da distribuição financeira, pode ainda pormenorizar os orçamentos de cada serviço, elevando a qualidade na sua elaboração e apreciação, e reforçando a avaliação periódica sobre a execução da política de aquisição de bens e serviços. Com o aprofundar da reforma financeira, procura-se reforçar a gestão e o controlo das despesas nas diversas etapas, e aumentar os benefícios da utilização dos recursos financeiros.

Há ainda que fiscalizar, com rigor, a execução orçamental de cada serviço, por forma a assegurar o uso efectivo, legal e eficiente dos recursos financeiros. Os serviços de fiscalização devem reforçar a articulação entre si, criando mecanismos conjuntos para a partilha de recursos, com vista a defender, em conjunto, a ordem financeira e a servir o desenvolvimento saudável da economia.

Para concretizar uma gestão financeira eficaz, para além de meios administrativos, pode ainda recorrer-se a meios económicos, mediante a consolidação de fontes e a optimização da estrutura das receitas. Sabemos que a curto e a médio prazo, o sector do jogo vai continuar a ser a cabeça da nossa economia, e que precisa da colaboração e apoio do Governo e da sociedade. Entre 2015 e 2017, muitos projectos das empresas do jogo vão ser concluídos. Como se pode aumentar a sua diversificação e enriquecer o centro mundial de turismo e lazer em que Macau se posiciona, a fim de aumentar a sua atractividade turística? Esta questão continua a merecer a nossa reflexão. Temos de estar preparados para a diversificação adequada da economia de Macau, por exemplo, continuar a promover o desenvolvimento da indústria das convenções e exposições, aprofundar a reforma da nossa indústria financeira no mercado local, e dentro e fora da China, e promover a participação de mais empresas locais na cooperação e desenvolvimento regional, no sentido de constituir um suporte firme e razoável para o desenvolvimento sustentável da economia de Macau, permitindo, assim, proceder, ao ajustamento estrutural das receitas financeiras.

Além disso, tendo em conta a melhor utilização das reservas financeiras, que registaram saldo positivo, devemos dispor de um plano de investimentos razoável. Através de grandes oportunidades, como o Banco de Desenvolvimento da China, que é uma das principais estratégias da Rota da Seda, e o papel de Macau enquanto plataforma entre a China e os países lusófonos, podemos encontrar projectos adequados para investimento, com vista a obter, de forma estável, retornos de baixo risco, atingindo o objectivo da utilização eficaz dos recursos financeiros. Estou crente de que tudo isto merece todo o nosso apoio e que, assim, será possível responder aos anseios de muitos anos da sociedade.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 18.05.2015

A política demográfica tem implicações com a prosperidade e o desenvolvimento da sociedade. Já em Novembro de 2012 o Governo procedeu a uma consulta pública, que durou 3 meses, sobre o Enquadramento da Política Demográfica da RAEM, e os resultados do respectivo estudo demoraram 2 anos. Posteriormente, divulgou o relatório e a colectânea das opiniões sobre o documento de consulta, mas não divulgou nem a política demográfica de Macau nem o ponto de situação desses estudos.

Na sessão de interpelação oral que teve este mês, o governante do Gabinete de Estudo das Políticas do Governo afirmou que os referidos estudos tinham sido concluídos e que a sua divulgação vai acontecer em finais de Julho. Mas atendendo às práticas do Governo, não estou optimista pois este recorre sempre ao pretexto da fase de consulta e estudo para justificar o atraso dos trabalhos. A palavra estudo passou a ser sinónimo de atraso, o que põe em causa a credibilidade do Governo.

Na minha opinião, as políticas de importação de mão de obra e de talentos constituem os dois núcleos da política demográfica. No decorrer da sua definição, é necessário salvaguardar, tendo em conta o objectivo da transformação de Macau num centro mundial de turismo e de lazer, o emprego dos residentes e a sua progressão na carreira, diminuindo o impacto salarial para os trabalhadores locais e garantindo a qualidade de vida da população em geral.

Queria alertar o Governo para que, na apreciação dos pedidos de importação de mão-de-obra, deixar de considerar apenas a taxa de desemprego e o número de vagas de postos de trabalho. Há que proceder a um estudo e plano sobre a situação dos recursos humanos, e evitar a importação rápida e em grande quantidade de trabalhadores num curto espaço de tempo, visto que é necessário ter em conta as necessidades do mercado laboral e a capacidade de acolhimento da sociedade. É necessário saber se existe algum desequilíbrio entre o número de trabalhadores não residentes e a actual estrutura do mercado laboral, assim como, os riscos resultantes desse desequilíbrio. É necessário conhecer com pormenor as necessidades das diferentes profissões dos trabalhadores importados para cada ramo de actividade, assim como, quais as actividades em que aqueles podem complementar a falta de mão-de-obra, e quais as actividades e sectores empresariais onde é maior a necessidade desses trabalhadores. Concretamente, a política de importação de mão-de-obra deve reforçar a gestão e o controlo da entrada de trabalhadores não residentes: as agências de importação de trabalhadores devem ser regulamentadas, e o número total de trabalhadores não residentes e respectivas profissões devem ser controlados. A satisfação das necessidades de mão-de-obra nas PME deve ser garantida, evitando desequilíbrios entre o número de trabalhadores não residentes e a estrutura do mercado laboral. É necessário reforçar a fiscalização e controlo da saída da mão-de-obra importada do mercado laboral, assim como agravar as sanções e o

reforço do combate ao trabalho ilegal.

Espero que o Governo cumpra o seu compromisso de divulgar, antes do final de Julho, os resultados da política que tem vindo a ser estudada, e que esses não se limitem apenas a alguns princípios ou enquadramento abstracto. O texto de consulta pública sobre Enquadramento da Política Demográfica de Novembro de 2012 continha sugestões em três áreas, designadamente, “elevação da qualificação da população”, “resposta ao envelhecimento” e “optimização da política de importação de mão-de-obra”. Espero que, como afirmam os dirigentes, sejam definidas medidas concretas e exequíveis para o problema da mão-de-obra em Macau e que articulem o desenvolvimento regional com a realidade de Macau, garantindo deste modo a sustentabilidade do desenvolvimento do território.

IAOD de Zheng Anting em 18.05.2015

Senhor Presidente,
Caros Colegas:

Hoje, a minha intervenção tem por tema “atenuar a pressão do trânsito através de sistema pedonal automático”

Segundo as informações divulgadas pelo Governo, regista-se em Macau um aumento médio de 900 veículos por mês, o que torna cada vez pior a situação do trânsito rodoviário, um facto que é já do conhecimento público. O congestionamento agrava-se ainda mais com a construção da mega obra do metro ligeiro. Por isso, a Administração deve dispor de medidas eficazes para resolver ou atenuar a situação cada vez mais crítica do trânsito, por forma a aliviar a pressão das vias e resolver os problemas do trânsito.

Na Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) refere que vai ser instalado na Península de Macau um sistema pedonal que vai ligar as Portas do Cerco ao Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior. Segundo muitos residentes, trata-se de um sistema que é viável, que pode aliviar a pressão do trânsito e beneficiar as deslocações de residentes e turistas, mas só se for concluído rapidamente.

Na minha opinião, só com um bom sistema pedonal é que alguns residentes vão passar a fazer as suas deslocações a pé e será possível reduzir a utilização de viaturas privadas e de transportes públicos. O sistema pedonal da Estrada da Baía de Nossa Senhora da Esperança é um bom exemplo, entrou em funcionamento em 2012, tem 350 metros de comprimento, assume um papel importante na ligação entre as zonas antigas e novas da Taipa, e é também um trajecto rico em termos de paisagem. Facilita as deslocações de residentes e turistas, é uma instalação turística muito apreciada pelos turistas, e o mais importante é que permite atenuar a pressão do trânsito. Nos planos de novos sistemas pedonais automáticos pode até ponderar-se instalar lojas ao longo do trajecto. Aumentando as instalações sociais e comerciais será possível, de certo modo, apoiar as PME locais, impulsionar a desenvolvimento diversificado e adequado da nossa economia, aliviar a pressão do trânsito, resolver, em certa medida, o problema da falta de estacionamento, ao mesmo tempo que se criam oportunidades de negócio que vão impulsionar o desenvolvimento contínuo da nossa economia. Isto acarretaria muitos benefícios.

Estas são algumas das minhas reflexões recentes sobre a resolução dos problemas do trânsito. Espero que o Governo proceda aos devidos estudos e

encare positivamente e concretize a construção de sistemas pedonais automáticos em diversas zonas, em prol da felicidade dos cidadãos de Macau!

Obrigado Sr. Presidente!

IAOD da Deputada Chan Hong em 18.05.2015

"Promover a prosperidade de Macau através da educação, e construir Macau através da formação de talentos" é uma das importantes acções governativas do Governo da RAEM. No "Planeamento para os Próximos Dez Anos para o Desenvolvimento do Ensino Não Superior (2011 a 2020)", refere-se claramente que os investimentos educativos do Governo vão ser aproveitados para impulsionar a instituição de regimes e sistemas, que se vai garantir, no orçamento anual do Governo, um certo acréscimo do investimento no ensino não superior, e aumentar, até atingir um nível desejável, a percentagem da despesa com o ensino não superior no total da despesa pública do Governo. No programa político eleitoral do Senhor Chui Sai On ao 4.º mandato de Chefe do Executivo, refere-se que, nos próximos 5 anos, se vai aumentar a afectação de recursos para a educação, é que, conseqüentemente, aumentará essa percentagem no orçamento, durante este mandato. Quais são os planos e quando é essa promessa vai ser concretizada? O Governo não diz nada. Desejo, veemente, que comecem quanto antes os trabalhos de consulta pública e respectivos estudos.

Quanto aos investimentos do Governo no ensino não superior, no ano lectivo de 1999/2000 atingiram 370 milhões de patacas, e no ano lectivo de 2013/2014 1550 milhões de patacas, portanto, um aumento de 3,2 vezes. Mas quando se compara a percentagem dos investimentos educativos no PIB – a sua percentagem nas despesas públicas – com os padrões internacionais, a diferença ainda é significativa. Na China, a despesa com o ensino público representa 4% do PIB, nos países e territórios desenvolvidos representa mais de 6%, e em Macau apenas 3,3%, no ano lectivo de 2012/2013. Em prol do desenvolvimento saudável e a longo prazo da educação em Macau, o sector educativo há já muitos anos que pede a criação de um mecanismo de dotação financeira científico e sustentável para o ensino público. Segundo alguns dados, entre 2002 e 2012, num período de 10 anos, o peso da despesa pública do ensino não superior no PIB da RAEM registou uma redução gradual. Portanto, constata-se que o Governo da RAEM não dispõe de um plano de desenvolvimento científico e racional para os investimentos no ensino não superior.

As percentagens das despesas da educação no Produto Interno Bruto (PIB) e nas despesas publicas são os principais critérios para aferir da importância que é dada à educação de qualquer país e região e à formação de talentos. As instituições do ensino não superior são essenciais para a formação de talentos, portanto, devem ser bastante apoiadas pelas leis, políticas e recursos. Actualmente, o sector do jogo entrou num período de ajustamento e as receitas estão a diminuir, o que deixa os profissionais do sector da educação preocupados com os apoios a conceder pelo Governo. O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, afirmou, publicamente, que mesmo que se registem flutuações nas receitas da RAEM, o Governo vai continuar a dar prioridade à educação, com vista a assegurar a estabilidade das escolas locais e a manutenção dos docentes excelentes, que são factores essenciais para a

educação dos jovens e formação de talentos. No entanto, olhando para a situação do Fundo de Desenvolvimento Educativo de 2015-2016, verifica-se que a tendência é a entidade tutelar da Educação reduzir, consideravelmente, os apoios. Solicito ao Governo que crie mecanismos científicos para a concessão de apoios financeiro ao sector educativo, para que os recursos possam ser razoavelmente aproveitados. Entretanto, o Governo deve elevar a transparência do referido fundo, reforçar os apoios aos docentes, instalações escolares e à formação de talentos, e ainda, apoiar o aperfeiçoamento das escolas, com vista ao aumento da sua qualidade.

IAOD de Lau Veng Seng em 18.05.2015

No ano passado, o número de visitantes já ultrapassou os 30 milhões, dos quais 90% entraram pelas Portas do Cerco. As actuais três ligações entre Macau e a Taipa atravessam, na sua maioria, zonas urbanas, e está planeada a construção duma 4ª ligação, face às necessidades decorrentes do desenvolvimento da cidade, com os acessos nas zonas A e E dos novos aterros.

O Secretário Raimundo do Rosário revelou, há dias, o ponto de situação das obras do metro ligeiro, prevendo haver condições para o segmento da Taipa, com excepção da oficina, estar concluído, numa fase preliminar, ainda neste ano, e entrar também na fase de montagem dos carris. O modelo a adoptar quanto à 4ª ligação entre Macau e a Taipa será também decidido até finais do ano. Esta ligação, para além de ter implicações com o trânsito entre os bairros novos e os antigos, merece ainda a minha atenção quanto à sua eficácia na triagem dos transportes, por forma a constituir uma outra importante via de circulação entre Macau e o Cotai, a fim de aperfeiçoar a respectiva rede viária, procurando reduzir-se a entrada desnecessária de visitantes na península de Macau, que poderão deslocar-se, directamente, do posto das Portas do Cerco até ao Cotai.

O traçado de Macau do metro ligeiro dificilmente conseguirá estar concluído a breve trecho. O trânsito em Macau é complicado e, portanto, é difícil assumir maior volume de trânsito. Os projectos de grande envergadura no Cotai vão concluir-se e entrar em funcionamento sucessivamente, o que vai atrair mais turistas, e, conseqüentemente, levar ao aumento da procura de transportes entre o posto fronteiriço das Portas do Cerco e o Cotai. Portanto, espero que os serviços competentes, aquando dos trabalhos de concepção da quarta ligação, aproveitem a conclusão da oficina do metro ligeiro, a entrada em funcionamento do respectivo traçado, a flexibilidade e a liberdade que vão ter nos trabalhos de planeamento da nova zona de aterros para se prepararem melhor e pensarem em aproveitar a quarta ligação para formar uma rede de trânsito com uma artéria que permita a ligação entre o referido posto fronteiriço, a zona A e a zona E do Cotai, e que seja possível ligá-la ao metro ligeiro na Taipa, a fim de aperfeiçoar as condições do trânsito entre as referidas duas zonas e de facilitar o acesso directo dos turistas às zonas turísticas e aos postos fronteiriços aéreos, marítimos e terrestres, sem terem de passar pelas zonas urbanas de Macau, e com vista a que a quarta ligação possa desempenhar o papel de triagem e redireccionamento do fluxo de turistas, aliviando assim a pressão do trânsito em Macau. Creio que esta solução vai contribuir para uma maior eficiência dos transportes.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 18.05.2015

A cidade de Macau tem pouco espaço e muita gente, uma área de 33,3 km², e para além dos seus 640 000 habitantes, todos os anos recebemos várias dezenas de milhares de trabalhadores não residentes, que não vivem cá, e 30 milhões de turistas, portanto, a cidade está sobrecarregada ao nível da habitação, trânsito, ambiente, cuidados da saúde e equipamentos sociais. Segundo os dados estatísticos, até ao final do ano passado, a densidade populacional de Macau já atingia 20 500, um aumento de mil pessoas em relação a 2013, portanto, o espaço é cada vez mais apertado, a vida quotidiana da população é afectada, e, conseqüentemente, aumenta a insatisfação.

Os novos aterros vão disponibilizar mais 3,5 km² de terrenos, mas mesmo assim, se o Governo não avaliar bem, planificar e controlar a capacidade de recepção e a densidade populacional de Macau, e continuar a receber pessoas de forma arbitrária, a função dos novos aterros não se vai fazer sentir, pois os terrenos acrescentados vão continuar repletos de gente.

Segundo algumas opiniões recentes, o Governo pode aproveitar as oportunidades do quadro de cooperação Guangdong-Macau, do desenvolvimento da Ilha Hengqin, etc., para desviar os residentes para o Interior da China, reduzindo a pressão da habitação em Macau. Mas a capacidade de carga urbana não tem apenas a ver com a habitação, mas também com questões relacionadas com o trânsito, ambiente, instalações públicas, serviços públicos, etc., que estão todas encadeadas e têm de ser resolvidas. A concretização daquele quadro de cooperação, o facilitar da passagem fronteiriça, e a autorização da entrada de veículos de Macau na Ilha de Hengqin, etc. permitem criar mais condições e facilitar a vida dos residentes que pretendem investir e habitar no Interior da China. Mas viver na Ilha de Hengqin, em Zhuhai, Zhongshan, etc. depende do desejo de cada um, e não deve ser entendido como medida para resolver o problema da capacidade de carga de Macau, que já rebentou.

A economia desenvolve-se sem limites, o número de trabalhadores não residentes aumenta sem limites, as ruas são poucas, o número de veículos é elevado, o espaço está a reduzir... tudo isto contraria o posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer! O Governo deve ponderar sobre o actual modelo económico, que permite o desenvolvimento cego de projectos de natureza semelhante, se é mais vantajoso ou desvantajoso para Macau. Já o fez? As receitas do jogo reduziram ao longo de 11 meses, e o desenvolvimento anormal da economia passou a ser normal, portanto, é o momento oportuno para o Governo parar um pouco para pensar no seguinte: no rumo e saídas para o futuro desenvolvimento contínuo da economia, na definição de critérios para a capacidade de carga urbana e de planos demográficos adequados, tendo em conta o posicionamento de Macau enquanto cidade propícia para se viver, para as deslocações e para o turismo, em envidar esforços para a criação do centro mundial de turismo e lazer, e em salvaguardar que os meios habitacional e ambiental não sofram pressões, por forma a acabar com a insatisfação da

população. Esta é que é a saída para conquistar o coração da população!

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 18.05.2015

Os trabalhadores deviam poder desfrutar de uma vida melhor e partilhar dos frutos do rápido desenvolvimento económico de Macau. No entanto, a subida adequada dos seus salários tem sido reprimida pelo aumento crescente de trabalhadores não residentes, cujo número atingiu já os 180 mil. Por outro lado, vemos que os trabalhadores de todos os sectores económicos se deparam agora com uma maior pressão no seu quotidiano, devido aos elevados custos da habitação e dos produtos! Os motoristas ainda não estão a ser afectados pela importação de trabalhadores, porém, estão a par da situação dos outros sectores para os quais é autorizada essa importação, e sabem dos problemas da repressão de salários e das dificuldades de mobilidade profissional noutros sectores. Com o abrandamento da economia, o reajustamento do sector do jogo e a possibilidade do agravamento da situação do emprego, as vozes que continuamente exigem a importação de motoristas constituem, de facto, uma preocupação para os trabalhadores locais.

Em Macau, muitas pessoas têm carta de condução particular e profissional, então, por que razão ainda se afirma que há falta de motoristas? Porque o trabalho é difícil! O salário dos condutores de autocarros públicos e de veículos pesados foram aumentados, mas depois de descontada a inflação, não podem ser considerados altos. Além disso, a actual falta de condições de circulação nas ruas de Macau resulta em engarrafamentos do trânsito por toda a cidade, e na conseqüente dificuldade de controlar o tempo das deslocações. De facto, os motoristas têm que aguentar a enorme intensidade e pressão do seu trabalho. Exemplo disso é a enorme pressão nas horas de pico, à entrada e saída dos empregos, em que os autocarros públicos estão superlotados. O sector empresarial afirma que há falta de motoristas mas as condições salariais e de trabalho de muitos deles não registaram melhorias significativas, e a maioria deles nem está protegida por qualquer regime de aposentação. Veja-se o exemplo dos motoristas de autocarros de turismo, alguns trabalham como assalariados e recebem salários base reduzidos, ou nem têm salário base. Quando a economia estava melhor, ainda conseguiam salários suficientes e receber mais alguma coisa trabalhando mais, mas as garantias acabaram com o abrandamento económico. Além disso, algumas empresas exigem ainda que sejam os motoristas a assegurar a manutenção e limpeza dos carros, e o seu estacionamento durante a noite. Por conseguinte, como é que essa profissão, pouco atractiva e onde faltam as condições de trabalho, consegue atrair interessados? Se os motoristas já estão assim agora que é proibida a importação de trabalhadores para esse sector, será que os locais poderão vir a ter melhores condições se for aberta a importação? Haverá possibilidade de melhoria dos seus salários e regalias? O Governo e este sector devem reflectir sobre a melhoria das condições de trabalho nessa profissão, por forma a torná-la mais atractiva, e a deixar de depender da importação para reforço dos recursos humanos.

Convém referir que a profissão de motorista é exclusiva dos trabalhadores

locais, com vista a salvaguardar o emprego e a estabilidade social. Qualquer mudança política terá impacto para os motoristas efectivos que, caso sejam privados de oportunidades de acesso ao emprego e reconversão profissional, vão, inevitavelmente, oferecer forte resistência, por isso, é necessário ponderar seriamente sobre as respectivas vantagens e desvantagens.

Não é nada fácil conseguir estabilidade e harmonia em Macau. Ao longo dos anos, os motoristas de Macau têm sempre trabalhado, independentemente dos incidentes e da falência duma empresa de autocarros. Insistem em viver do seu trabalho para manter as suas famílias e também contribuem, em conjunto com os trabalhadores em geral, para o desenvolvimento económico de Macau. No passado Dia do Trabalhador, os motoristas fizeram uma manifestação de protesto contra a importação de motoristas e a tolerância para com os motoristas chineses. Solicito ao Governo que assuma, firmemente, a posição de impedir a importação de mão-de-obra para as funções de motorista, croupier e supervisor, e que adopte medidas concretas para incentivar os empregadores a melhorarem os salários e regalias, e a deixarem de depender da mão-de-obra barata. É necessário melhorar as vias públicas e as condições de trabalho, com vista a captar novos recursos humanos e a conseguir o desenvolvimento saudável do sector.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 18.05.2015

Macau vai completar 16 anos de transferência de soberania, e atendendo a que a economia está a entrar numa fase de ajustamento, o Governo deve adoptar medidas para reforçar os elementos não-jogo, rumo à diversificação das indústrias e à promoção do desenvolvimento sustentável. Para além de reforçar o desenvolvimento das indústrias das convenções e exposições, da medicina tradicional chinesa e das culturais e criativas, com vista ao aperfeiçoamento adequado da estrutura económica, o Governo deve, com toda a determinação, incentivá-las a aderir ao plano de diversificação económica. Este e a comunidade devem reforçar a cooperação para elevar a competitividade e o desenvolvimento sustentável de Macau, por forma a alcançar resultados positivos.

Apresento, então, as seguintes sugestões:

1. Proceder, quanto antes, ao levantamento da situação e definir políticas de apoio ao desenvolvimento das empresas comunitárias, a fim de reforçar as respectivas medidas de apoio. Por exemplo, incentivar jovens a formular novas ideias para a criação de negócios, aperfeiçoar o plano de apoio a jovens empreendedores, acelerar a implementação desse plano na ilha de Hengqin, rumo à cooperação regional, apoiar a entrada no mercado dos jovens capazes e que apresentam ideias inovadoras, introduzir nova vivacidade e força motriz no mercado para o aperfeiçoamento adequado da estrutura económica, criar mais oportunidades de emprego para os jovens, e aproveitar, ainda, as características das pequenas lojas dos bairros antigos para se criar uma rua própria para lojas tradicionais ou típicas. O Governo deve assumir a liderança e criar condições favoráveis à criação de “uma rua com lojas tradicionais” ou de “uma rua de lojas típicas”, a fim de incentivar a concentração dessas lojas e de se criar mais de um ponto de interesse turístico, revitalizando os bairros antigos e apoiando o desenvolvimento daquele tipo de lojas.

2. Reforçar o desenvolvimento das indústrias emergentes, e apoiar a nossa sociedade rumo à diversificação das indústrias. Ouviram-se, recentemente, vozes sobre a criação de um centro financeiro offshore, o impulsionamento das indústrias do desporto e turismo, a optimização do comércio electrónico, etc.. O Governo deve então, com determinação, envidar mais esforços no desenvolvimento de novas indústrias emergentes. Deve aproveitar, por exemplo, os diversos pavilhões desportivos para apoiar as diversas organizações desportivas locais, associações cívicas e do sector do turismo, e incentivar a aliança turismo-desporto, para que a indústria do desporto seja mais uma nova força emergente para a diversificação das indústrias, para além das indústrias culturais e das convenções e exposições. Deve ainda disponibilizar recursos suficientes, criar novos produtos turísticos, aproveitar as forças culturais e criativas para impulsionar os serviços na área desportiva, e aproveitar a produção e o design dos territórios vizinhos para conseguir efeitos de desenvolvimento articulado, e acelerar a aliança turismo-desporto, em prol do objectivo de “promover o turismo através do desporto, e impulsionar a economia

através do turismo”.

3. Em conjugação com a estratégia “Uma Faixa, uma Rota”, Macau deve aproveitar as suas vantagens próprias para desenvolver a plataforma de serviços de negócio e comércio regional entre a União Europeia, os países de língua portuguesa e a Região do Delta do Rio das Pérolas. Por forma a construir esta plataforma, Macau pode aproveitar as suas próprias vantagens e criar uma indústria de serviços modernizados, especialmente nas indústrias que estão intimamente relacionadas com essa plataforma, nomeadamente, convenções e exposições, negócios e comércio, culturais e criativas, logística, financeira, etc., e a partir daí impulsionar a reconversão e valorização da indústria manufactureira, incluindo o desenvolvimento da divulgação, a criação de marcas, design de produtos, etc., contribuindo assim para a diversificação adequada da nossa economia. Macau deve fazer valer essas funções e reforçar a cooperação com as três zonas que integram a “Zona de Comércio Livre de Guandong”. Neste momento, é esta a tarefa mais importante.

Apresento estas três propostas porque entendo que neste momento estão reunidas as condições para isso. Há que testar e que seguir este rumo para fazer melhor. Algumas destas ideias foram apresentadas por alguns profissionais. Sabe-se ainda que, neste último ano, foram criadas mais 5409 empresas. O Plano de Apoio a Jovens Empreendedores já recebeu 587 pedidos, o que demonstra um aumento do interesse em criar empresas, portanto, uma força motriz importante para a diversificação adequada das nossas indústrias e contínuo desenvolvimento da nossa economia. Face ao exposto, solicito ao Governo que reforce os estudos e que lance as necessárias medidas e políticas.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 18.05.2015

Face ao aumento do número de veículos e às limitações das vias, o Secretário foi franco ao afirmar que não consegue resolver o problema do trânsito de Macau e que se entrou num beco sem saída. Contudo, temos de enfrentar a realidade. Recentemente, os serviços competentes implementaram políticas “picantes” para controlar o número de veículos, e esperam, com o aumento do imposto de circulação e das tarifas dos silo-autos públicos, aumentar os encargos dos condutores e, assim, controlar o número de veículos. Espera-se que estas medidas contribuam para, num curto espaço de tempo, diminuir a pressão das vias, a aumentar a segurança rodoviária e a diminuir a poluição ambiental.

Contudo, os residentes entendem que a aplicação de medidas económicas significa “sancionar” os proprietários dos veículos - se os aumentos forem baixos não se vai conseguir controlar o aumento do número de veículos, e se forem altos vai obrigar-se as pessoas com menos capacidade financeira a abandonarem os seus veículos. Entendem que, se assim for, o Governo está a privilegiar as classes sociais que têm dinheiro e que podem ter vários veículos, e quem não tem dinheiro só pode andar de autocarro, o que é muito injusto para as famílias que têm mesmo necessidade de um veículo. Alguns proprietários afirmaram que mesmo que se aumentem as tarifas e se eliminem os passes mensais dos silo-autos públicos, aumentando-se assim os encargos com os veículos, as pessoas vão continuar a ter de encontrar um local para estacionar e, no presente momento, não vão deixar de comprar veículos. Com vista a resolver as dificuldades de estacionamento, o Governo deve pensar, em primeiro lugar, em cancelar os passes mensais das suas viaturas que ocupam os silo-autos e em remover os veículos que constantemente obstruem o estacionamento, e utilizar os terrenos não aproveitados e retomados para o estacionamento provisório de veículos. Com as medidas que vão ser implementadas, é provável que o Governo vá ter de enfrentar a fúria da população, porque vai aumentar o estacionamento ilegal, assim como o preço das rendas e vendas de lugares de estacionamento. Se o Governo quer mesmo controlar o aumento do número de veículos através de medidas económicas, tem de pensar muito bem sobre o assunto.

Aquando da aplicação das referidas políticas e medidas, o Governo pode controlar o número de veículos, estabelecer um limite para o aumento mensal de todos os tipos de veículos, resolvendo assim o seu aumento desordenado, ou recorrer ao regime de sorteio ou outro semelhante para confirmar quem tem direito a adquirir um veículo. Para além dos veículos privados, o Governo deve limitar também os veículos das empresas, os públicos, os das agências de viagens e os shuttle buses dos casinos, e tratar e eliminar os veículos abandonados e velhos. O Governo é que é o promotor desta política, portanto, deve dar o exemplo e tomar a iniciativa de alterar o regime de utilização de veículos públicos, com vista a equilibrar, efectivamente, o rácio aumento/redução de veículos.

Sugiro então ao Governo que implemente medidas de restrição do número de

veículos numa visão global, e que estude meios administrativos e económicos para esse controlo, em conjugação com os sistemas pedonal e de transportes públicos, com vista a aumentar a legitimidade das medidas restritivas que vier a adoptar.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 18.05.2015

O gás butano é um artigo de consumo diário, portanto, tem implicações com o nível salarial, poder de compra e qualidade de vida dos residentes, por isso, a flutuação do seu preço tem grande impacto na vida da população. Neste último ano, o preço do petróleo bruto no mercado internacional atingiu valores relativamente baixos, mas os ajustamentos introduzidos no preço do gás butano em Macau foram bastante contrastantes face à flutuação frequente do seu preço gás no mercado internacional.

Em 16 de Fevereiro de 2015, o Governo retomou o regime de licenciamento dos produtos petrolíferos. De acordo com os dados disponibilizados, o contract price (CP) do gás butano no mercado internacional foi de 3,75 patacas por quilo, o preço de importação do gás butano em Macau foi de 7,23 patacas por quilo, enquanto o preço da sua venda a retalho atingiu já as 13,6 patacas, uma diferença de 6,37 patacas por quilo. Segundos os respectivos estudos, a margem bruta do gás butano em botija de venda a retalho foi de 7% na China, mas em Macau, verificaram-se lucros elevados mesmo apesar da isenção do imposto sobre a importação de gás combustível, por isso, a população suspeita da existência de monopólio e da obtenção de lucros elevados por parte dos operadores.

Em Março passado, 31,86% do gás butano foi importado de Singapura e o seu preço de importação foi de 10,84 patacas por quilo, mas o gás butano importado da China, no mesmo período, foi apenas de 4,98 patacas por quilo. Em Abril, o preço do gás butano importado de Singapura diminuiu, de repente, para 6,46 patacas por quilo, ao mesmo tempo que diminuiu a quantidade importada para 1,97%. O público não compreende a situação e até questiona os fundamentos para os elevados preços do gás. Na realidade, interpelei o Governo, referindo que, em Hong Kong, quase 99,9% do gás butano é importado do Interior da China, e perguntei porque é que Macau tem de escolher um fornecedor mais caro. Segundo a resposta das autoridades, “o gás butano é utilizado maioritariamente em Hong Kong nos Novos Territórios, em Yuen Long e em alguns complexos habitacionais, as restantes zonas utilizam gás centralizado, por isso, é que importam mais gás butano da China”. Porém, como todos sabem, se o gás butano for importado da China são mais as conveniências de transporte, devido à situação geográfica. Ademais, numa perspectiva económica, qualquer empresa deve conseguir o maior lucro possível, ou seja, deve reduzir os custos e procurar mais lucros. Mas os importadores de gás butano de Macau não escolhem o gás butano da China que é mais barato, optam por fornecedores mais caros, portanto, um acto irracional e difícil de compreender, pois para além de não cumprirem as suas responsabilidades sociais, afectam gravemente os direitos e interesses dos consumidores.

Quanto à diferença de preços do gás butano, o Governo respondeu o seguinte: segundo os dados de Maio, a diferença entre o preço mais elevado e o mais baixo por quilo foi de cerca de 3,3 patacas, ou seja, entre 13 e 14 patacas por botija. O Governo incentiva os residentes a recorrer às aplicações para poupança de

energia. A diferença de preços do gás butano em Macau não é grande pois os operadores combinam os preços, então, como é que os consumidores vão escolher as empresas consoante os preços? Entretanto, como a oferta de gás butano tem as suas particularidades, também é irreal escolher outras marcas, por isso, a resposta do Governo inclina-se, manifestamente, para os interesses das empresas em detrimento do interesse público.

Com base nestas razões, qualquer mercado livre exige sempre controlo eficaz, concorrência justa e fiscalização do Governo. Assim, no que respeita à concorrência, solicito, mais uma vez, ao Governo, que nunca ignore o actual mecanismo de fiscalização e que o aproveite para proteger os consumidores, que se encontram numa posição mais frágil, e que reforce a fiscalização da oferta de gás butano. Sugiro ainda que aprenda com as experiências das regiões vizinhas, defina políticas de longo prazo, e crie um mecanismo do ajustamento do preço do gás butano que tenha em conta as mudanças do preço a nível mundial, com vista a evitar que os residentes continuem a arcar com preços elevados e a diminuir os impactos decorrentes das flutuações do preço do gás butano para a vida população.

**COMO É QUE MACAU PODE TER NÍVEL INTERNACIONAL
COM UMA REDE DE BAIXA VELOCIDADE, PREÇOS ELEVADOS E
INTERRUPÇÕES FREQUENTES**

Segundo a imprensa: “num contexto de integração económica e de informatização a nível mundial, o sector das telecomunicações é hoje um dos motores para o rápido desenvolvimento económico regional. Para grande parte de países e regiões do mundo, trata-se de um sector fundamental e principal para o crescimento económico e das suas populações, podendo todas elas beneficiar das novas tecnologias de comunicação. Como consequência do desenvolvimento social, o quotidiano e o trabalho diário das pessoas não podem estar separados da comunicação, a qual tem uma importância crescente para todos. O desenvolvimento da internet tem contribuído para que a comunicação da Humanidade tivesse chegado ao pico, com num enorme impacto para a sociedade, economia, cultura e sectores de actividade. Aquando das “duas reuniões” em Pequim (Assembleia Popular Nacional e Conferência Política Consultiva do Povo Chinês), o Primeiro-Ministro Li Keqiang apresentou o conceito da “INTERNET+” integrando-o na estratégia de desenvolvimento nacional, significando com isso o início de uma nova revolução no sector das comunicações. Trata-se de um novo modelo que visa promover o desenvolvimento de todos os ramos de actividade relacionados com o conceito de “cidade inteligente”, em que a internet tem presença marcada no trânsito rodoviário, nos hospitais, no sector financeiro, e em outros novos sectores”. Na recente reunião do Conselho do Estado, o Primeiro-Ministro Li Keqiang determinou que fosse acelerada a construção da rede de banda larga de internet de alta velocidade, visando o aumento da velocidade de comunicação de dados, bem como a redução do tarifário. Trata-se de uma medida que irá elevar em 40% a velocidade da transmissão por internet nas cidades, e que vem exigir também às operadoras uma redução do tarifário e o lançamento de novos serviços para beneficiar os utentes.

As regiões vizinhas estão empenhadas no desenvolvimento das infraestruturas e políticas relacionadas com a indústria das comunicações. Macau devia seguir essa onda e, ainda, aproveitar a onda do desenvolvimento da internet, com vista a atingir os seus objectivos, designadamente, acelerar a internacionalização da cidade, construir um centro mundial de turismo e de lazer e alcançar um desenvolvimento sustentável da diversificação socioeconómica. Vai fazê-lo? De acordo com a realidade, a rede fixa mantém-se, permanentemente, “fechada”. Isto vai ter como resultado o desenvolvimento obsoleto das tecnologias informáticas, e apresenta vários problemas nos respectivos serviços, tais como preços elevados, qualidade baixa, velocidade lenta, entre outros. Uma vez que é bastante lento o desenvolvimento da unificação de redes, da rede 4G e da rede fixa, provoca-se, directamente, um desenvolvimento obsoleto da internet de Macau em comparação com as regiões vizinhas e reduz-se, seguramente, a competitividade da cidade. De facto, segundo o “Livro Azul sobre a Competitividade das Cidades: Relatório sobre a competitividade das cidades da

China n.º 13”, lançado pela *National Academy of Economic Strategy CASS*, Fórum de Cem Pessoas das Cidades da China, *Social Sciences Academic Press* e *Center for City and Competitiveness CASS*, a competitividade integrada da cidade de Macau caiu este ano do 4.º para o 9.º lugar.

Os serviços de telecomunicações são assegurados por quatro empresas, mas mesmo assim, foram muitas as queixas registadas no ano passado, isto é, 220. Em Macau, os serviços 3G são alvo de críticas devido à lentidão de acesso à internet e à instabilidade da rede. Alguns cidadãos suspeitam mesmo que as empresas de telecomunicações abusam na cobrança das tarifas, pois surgiram casos de facturas de montante astronómico. No entanto, as empresas nunca conseguiram facultar aos clientes o volume de dados realmente utilizados. Segundo académicos e especialistas, o Governo reduz sempre os impostos das telecomunicações, passaram de 9% no passado para 5% hoje, o que significa que os custos de exploração também sofreram reduções, no entanto, os cidadãos nunca sentiram a bondade real destas reduções. Em Macau, tem faltado a fiscalização eficaz e a concorrência, por isso, é grande a diferença de tarifas e de infra-estruturas em comparação com as regiões vizinhas. Alguns cidadãos criticam os serviços 3G, que foram apregoados como tendo 100 mega bytes quando na verdade não oferecem esta velocidade. Perante isto, quem é que assume a fiscalização e o controlo? Quem é que vai testar se a velocidade atinge ou não os 100 mega bytes?

Os bons ou maus serviços de telecomunicações têm implicações para o desenvolvimento socioeconómico da RAEM e para a imagem desta cidade enquanto centro mundial de turismo e lazer. Nesta era da tecnologia informática, o desenvolvimento de qualquer cidade depende, em larga medida, do desenvolvimento da sua rede de telecomunicações. Ora, a construção de infra-estruturas nesta área e as tarifas têm que, sem dúvida, acompanhar o ritmo do desenvolvimento, senão, não podemos falar em “articulação com o desenvolvimento internacional” !

Além disso, segundo informações mais actualizadas, as três grandes operadoras, a China Mobile, China Unicom e China Telecom, divulgaram planos de redução de tarifas e de aumento da velocidade, por exemplo, a China Mobile lançou sucessivas medidas para reduzir, constantemente, as tarifas de utilização de dados, ofereceu descontos, e admitiu a acumulação dos dados não usados, entre outras medidas inovadoras. Mais concretamente, começou, em primeiro lugar, por oferecer pacotes de 10 patacas para 1 giga byte para uso diário, segundo, o mesmo pacote mas para utilizar apenas durante a noite, ou seja 0.01 patacas por mega byte; terceiro, lançou cartões com 2 giga bytes para a utilização de dados 4G em todo o país, por outras palavras, ofereceu uma redução de 50%; quarto, divulgou um pacote de 0,06 a 0,1 pataca por mega byte, se o utilizador não tiver mais dados disponíveis; quinto, lançou um pacote com o máximo de 1 giga byte para uso nocturno e ainda o pacote “branco mais preto”; sexto, reformulou a estrutura do tarifário, para atrair as pessoas a utilizarem mais dados, e eliminou ainda as restrições às comunicações por voz, portanto, as

tarifas sofreram uma redução média de 70%. Oito, promover serviços inovadores de partilha e de transacção de dados móveis. Quanto ao aumento da velocidade, a China Mobile vai continuar a reforçar as áreas de cobertura da rede 4G, e em finais de 2015, o número das estações 4G vai atingir 1 milhão, e serão adoptadas medidas de aumento da velocidade com vista à cobertura total das zonas paisagísticas de classe superior a 3A e do comboio rápido. A China Telecom e a China Unicom vão também lançar os respectivos planos de redução do tarifário e de aumento da velocidade. Estabelecendo a comparação, as tarifas das telecomunicações em Macau são astronómicas. Por exemplo, a tarifa para 1 giga byte é de 99 patacas. Mesmo depois da redução das tarifas, o preço dos dados móveis cobrado pela China Mobile para 1 giga byte é de 25 rmb, ou seja, 32 patacas. Isto quer dizer que as tarifas em Macau são 3 vezes mais caras. Macau disponibiliza apenas serviços 3G, enquanto os territórios vizinhos já entraram na era 4G. O Governo sabe disto? As tarifas são muito mais elevadas em Macau do que nos territórios vizinhos, e a velocidade da internet é muito mais lenta. O Governo deve apresentar, em tempo útil, uma proposta de redução das tarifas e de aumento da velocidade da internet, em prol dos interesses da população. Vai fazê-lo?

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Dia das Mães** é comemorado em vários países do mundo, incluindo em Macau. Normalmente é celebrado no segundo domingo do mês de Maio de cada ano. Em Macau, as mães que trabalhem no sector privado continuam a ser discriminados nos 56 (cinquenta e seis) dias de licença de maternidade quando comparado com as “mães funcionárias” que têm direito desde anos 80 do século passado, a uma licença de maternidade de 90 dias. No interior do Continente são 90 dias e na República da Mongólia são 120 dias.

Também desde a década 90, que os Serviços de Saúde de Macau (SS) asseguravam de modo contínuo e de alta qualidade, a prestação de serviços de exame e de triagem médica pré-natal a todas as mulheres grávidas de Macau, em prol da qualidade dos nascimentos dos residentes de Macau.

Segundo os dados oficialmente divulgados, a taxa de nascimento em Macau atingiu 7 360 recém-nascidos no ano transacto, valores considerados excepcionais nos últimos 20 anos. Com vista a impedir a ocorrência de casos que constituem tragédias familiares ou questões sociais, por virtude de defeitos congênitos ou deformidade de recém-nascidos que tenham sido provocados por falta de diagnóstico, daí a importância dos serviços de exame médico e de triagem pré-natal que os Serviços de Saúde deveriam assegurar, não podendo, de modo algum, esquivar-se dessa importante responsabilidade.

Na sequência da pretensa internacionalização de Macau, os residentes são mais exigentes quanto à prestação de serviços de exame e de triagem médica pré-natal. No passado, os Serviços de Saúde (SS) apresentavam bons resultados no que respeita aos serviços de exame e de triagem médica pré-natal, o que muito contribuiu para impedir a ocorrência de questões familiares e sociais devido a aplicação atempada da triagem médica através da qual detectavam-se muitos casos de fetos com anomalia ou em estado de deformidade. Acontece, porém, que a partir de 2014, as grávidas têm vindo a sentir enormes dificuldades na marcação regular de triagem médica pré-natal nos centros de saúde de Macau, nomeadamente em relação à inspecção da camada transparente do pescoço em gravidez precoce do feto, vulgarmente conhecido por "*exame (de medir) NT*" (triagem da síndrome de Down), tendo registado um grande número de mulheres grávidas que não obtiveram o respectivo serviço entre a 11.^a e 13.^a semana do período de gestação, através da marcação. O que é grave.

Constatamos e falamos com vários médicos do hospital público que asseguravam o serviço

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

em causa mas que tiveram de abandonar as suas funções por terem sido alvo de perseguição contínua por parte do Director dos Serviços de Saúde. A sangria destes profissionais de saúde causou uma escassez de mão-de-obra que veio a afectar gravemente o funcionamento do Serviço de Ginecologia e de Obstetrícia dos Serviços de Saúde, prejudicando deste modo, a prestação dos serviços de exame e de triagem médica pré-natal.

É de salientar que o Director dos Serviços de Saúde, ciente destes factos gravosos, não só não tentou resolver as questões emergentes, pelo contrário optou pela sua ocultação ao conhecimento público. Este dirigente proibiu os médicos da “linha de frente” de não revelarem junto das mulheres grávidas da nítida falta dos referidos profissionais de saúde, impedindo inclusivamente de apresentar ou sugerir às mulheres grávidas para submeterem a esse tipo de exames médicos junto de instituições exteriores aos Serviços de Saúde, fazendo com que a situação se tornasse cada vez mais gravosa.

Ultimamente, registaram-se vários de casos de doença com sinais de imbecilidade e de deformidade de fetos, cujos números atingiram a soma total dos casos verificados nos passados 20 anos.

Após a denúncia pública de alguns casos graves, ou seja a suspensão completa da prestação de serviços relevantes, tais como: exame (de medir) NT", triagem do soro sanguíneo materno relativo a síndrome de Down, exame radiológico (escaneadora) pré-natal, etc., os Serviços de Saúde, tendo em conta das pressões públicas, resolveram atribuir, a título de compensação, MOP\$1.000,00 a cada uma das mulheres grávidas de Macau que submeteram a exames médicos em causa em instituições congéneres privadas, por não terem sido prestadas atempadamente o serviço de triagem pré-natal durante o período de Outubro a Dezembro do ano transacto.

Como a questão não foi verdadeiramente resolvida, os Serviços de Saúde decidiram enviar as grávidas para Hong Kong para serem submetidos a exame, em substituição do serviço de triagem a prestar às mulheres grávidas e de alto risco, a fim de se livrarem da responsabilidade proveniente da suspensão da prestação de serviços em causa que lhes é devida.

Aparentemente está resolvida a questão, mas em termos normais, os médicos especialistas com quem contactamos entendem que não devem ser adoptadas as tais medidas.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

Hoje em dia, em muitas regiões do Mundo, incluindo as regiões vizinhas de Hong Kong, Interior da China e Taiwan já se adoptam serviços de triagem médica e de técnica diagnóstica pré-natal suficientemente desenvolvidos. O processamento normal inicia-se pela prestação do serviço de triagem à mulher grávida, nomeadamente a inspecção da camada transparente do pescoço em gravidez precoce do feto (NT) e a triagem do soro sanguíneo materno relativo a síndrome de Down. Quando for classificado como sendo caso de feto com alto risco, os profissionais de saúde devem prestar o serviço de diagnóstico pré-natal à mulher grávida em causa, como por exemplo: a exame de "bombeamento villus" ou líquido amniótico, a fim de determinar se o feto dessa mulher grávida, de facto, teria ou não problema. O referido processamento inspectivo não só corresponde aos padrões internacionais como também é adequada à eficiência económica, reduzindo o risco de aborto derivado de exame intervencionista, cujo custo ronda entre MOP\$200,00 - \$300,00.

Acontece, porém, que após a saída sucessiva dos médicos dessa especialidade que trabalham nos Serviços de Saúde, a referida entidade pública adoptou uma metodologia mais cara como a triagem médica, ou seja, o exame do soro sanguíneo materno pré-natal (teste de DNA - ácido desoxirribonucleico).

Apurou-se que o teste supradito orça à volta de HKD\$8.000,00. Daí se vê que os Serviços de Saúde e os seus responsáveis, para ocultar o erro cometido na gestão hospitalar despenderam avultado erário público cuja acção não nos merece qualquer respeito mas sim o total repúdio.

As grávidas e mães merecem muito mais respeito e serem de facto tratados como seres humanos.

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau
aos 14 de Maio de 2015.**

José Pereira Coutinho

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 18.05.2015

Gestão dos resíduos e objectos existentes nos aterros e nos terrenos devolutos

Recentemente, aconteceram em Macau vários incêndios em terrenos devolutos onde estão amontoados resíduos e objectos. Estes incêndios aconteceram perto de zonas residenciais mas, felizmente, não causaram nem feridos nem mortes. Alguns aconteceram nos aterros de resíduos geridos pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental, num deles o fogo alastrou-se rapidamente depois de terem sido queimados pneus, libertaram-se fumos e cheiro muito desagradável, e o pior é que passados 2 dias deflagrou-se novo incêndio no mesmo local. Isto reflecte que os serviços competentes não deram a devida importância à segurança do aterro após o 1.º incêndio, portanto, nem vale a pena falar da importância dada ao tratamento e gestão do referido aterro no dia a dia. Mais, com o aumento ilimitado dos resíduos da construção civil, há muito que o referido aterro está saturado e sobrelotado, o que dificulta a sua gestão. De facto, este está longe de zonas residenciais, contudo, caso deflagre um incêndio envolvendo resíduos da construção civil, a situação será incontrolável. Mais, com a sobrelotação do referido aterro, a poderá ser afectada a segurança do aeroporto internacional de Macau, e como os fumos são tóxicos, pode afectar-se, gravemente, o ambiente circundante.

Para além dos aterros, há ainda muitos terrenos devolutos privados junto de zonas habitacionais onde se colocam materiais inúteis, que são como bombas ocultas nas zonas com alta densidade populacional, de que o incêndio na Areia Preta é um bom exemplo. Teve origem numa bateria que explodiu, que levou ao rebentamento de uma botija de gás, ameaçando a vida dos moradores. O Governo alega sempre que é difícil controlar os terrenos privados, mas neste momento já se trata de um problema de segurança pública e não apenas de um assunto privado, portanto, o Governo tem de actuar para acabar com os riscos e potenciais perigos.

Para além disso, existem ainda muitos estaleiros devolutos junto de zonas habitacionais, cercados por tábuas, cheios de lixo, e dos quais ninguém cuida. O verão está a chegar e é fácil esse lixo acabar em incêndio, afectando os residentes e com consequências impensáveis. Ademais, esses estaleiros também facilmente originam problemas de higiene pública, pois são berços de mosquitos e bactérias. Solicito aqui ao Governo para que proceda, com todo o rigor, ao controlo destes locais, e para que enfrente os problemas, com vista a salvaguardar a segurança pública.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 18.05.2015

O relatório das Linhas de Acção Governativa (LAG) para o ano de 2015, apresentado pelo Chefe do Executivo, apresenta como tópicos, na parte referente ao sistema político, “ouvir as opiniões de todos os sectores da sociedade sobre o desenvolvimento do sistema político, agregar consensos e avançar, de forma estável, com o desenvolvimento do sistema político democrático”. No entanto, a Secretária para a Administração e Justiça limitou inteiramente “o estudo sobre a perspectiva de desenvolvimento do sistema político” às conclusões e questões encontradas nos processos eleitorais, indicadas nos relatórios apresentados pelas duas comissões de assuntos eleitorais. Mas os trabalhos do estudo estão a ser desenvolvidos sem qualquer transparência e em “círculo fechado”. Pedi, através da Assembleia Legislativa, o relatório apresentado pela Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa, o que a Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) recusou, alegando tratar-se de um documento interno.

“Tomar decisões à porta fechada” e “governo transparente” são duas coisas distintas e opostas. Esta divergência entre o Chefe do Executivo e a Secretária, em relação aos trabalhos preparatórios para o desenvolvimento do sistema político, tem de ser resolvida o mais rápido possível. Mesmo que o Governo da RAEM não divulgue na íntegra os relatórios das Comissões de Assuntos Eleitorais e os classifique como documentos internos, deve publicar as questões levantadas nesses relatórios e utilizá-las como base para a revisão e o aperfeiçoamento das leis eleitorais.

No debate das LAG da área da Administração e Justiça, apresentei ao Governo um documento com o resultado de um “inquérito de opinião pública sobre o desenvolvimento do sistema político”, opiniões recolhidas cientificamente, por meio de amostragem aleatória simples, em Dezembro de 2014. Segundo esse inquérito, mais de 60% da população quer que seja adoptada, o mais cedo possível, a eleição universal do Chefe do Executivo, e mais de 70%, que a Assembleia Legislativa seja eleita por sufrágio universal. Resumindo, a totalidade da população quer a eleição por sufrágio directo de mais de metade dos assentos da AL. O Governo deve criar uma plataforma formal, ainda este ano, para poder agregar consensos sobre a eleição universal do Chefe do Executivo e a eleição por sufrágio directo para mais de metade dos assentos da AL, avançando, de forma estável, com o desenvolvimento do sistema político democrático.

Para além das eleições do Chefe do Executivo e da AL, a criação de organismos e assembleias municipais por sufrágio directo e por zona, de acordo com o artigo 95.º da Lei Básica, é também parte do desenvolvimento democrático. Segundo o artigo 97.º da Lei Básica de Hong Kong, foram criados na RAEHK os “*District Councils*”, que não têm poder político, tratando-se de uma forma de

eleição distrital, por zona e por sufrágio directo, que está a funcionar bem na região vizinha, que até já se prepara para acabar com o sistema de nomeação de membros distritais. A RAEM está a preparar-se para criar organismos municipais e é necessário avançar com os respectivos projectos, ouvir com antecedência a opinião pública, e ainda preparar a eleição por sufrágio directo, por forma a podermos acolher o renascimento dos organismos municipais.

IAOD do Deputado Au Kam San em 18.05.2015

Melhorar os serviços médicos e enfrentar o desafio do envelhecimento da sociedade

Segundo as “Projeções da População de Macau 2011-2036” e as “Tendências e Desafios do Envelhecimento da População”, divulgadas, respectivamente, em Outubro de 2012 e Agosto de 2014 pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), Macau iniciou a sua entrada num período de envelhecimento acelerado da população em 2010, tal como demonstram os dados seguintes:

- O aumento anual de idosos foi de 700 pessoas entre 1991 e 2001; 900 pessoas entre 2001 e 2011; entre 2011 e 2021 vai ser de 4700 idosos; e entre 2021 e 2031 vai ser de 5700.
- Em 2011 existiam em Macau 40 000 idosos. Prevê-se que o seu número ultrapasse os 80 000 em 2021, ou seja, o dobro, e que atinja os 160 000 em 2036, ou seja, quatro vezes mais do que em 2011.
- Em 2011, cada 9,5 habitantes entre os 15 e os 64 anos vão ter a seu cargo um idoso, em 2021 serão 4,5 habitantes para um idoso, e em 2031 serão 2,7 habitantes.

Quando a sociedade envelhece tem de enfrentar, sem dúvida, diversos desafios, e um deles diz respeito à área da saúde, pois o envelhecimento populacional tem profundas implicações com os cuidados de saúde destinados aos idosos. Todavia, no Relatório das LAG para 2015, as medidas no domínio da saúde destinadas aos idosos limitam-se ao “Programa da Linha Aberta de Apoio à Saúde para idosos” e às “medidas para os cuidados de saúde a idosos nos centros de saúde”. É bastante preocupante a falta de rigor da Administração no que respeita aos trabalhos preparatórios para encarar o envelhecimento da população.

Quanto às duas referidas medidas, ainda não foram muito bem esclarecidas, por conseguinte, os seus resultados são difíceis de prever. Contudo, parece-me que existem muitos problemas, por exemplo, quantos trabalhadores tencionam os Serviços de Saúde destacar para esta linha aberta que vai servir 54 mil idosos? Se forem destacados profissionais de saúde para o atendimento, isso vai ou não vai afectar os outros serviços? Se o atendimento não for assegurado por estes profissionais mas sim por qualquer outro trabalhador, será que as informações vão ser correctas e úteis? Os trabalhadores que asseguram esse atendimento vão tomar decisões? Se não, qual é a finalidade da linha aberta? Se sim, em caso de erro na comunicação que resulte numa decisão errada, quem será responsável? Nem os resultados nem a credibilidade das mensagens por via telefónica são eficazes. O trabalhador que assegura o atendimento tem competência para decidir

da prestação do serviço em causa ao idoso? Se não, qual é o significado desta linha aberta? Se sim, o doente fica dispensado do diagnóstico e é encaminhado para a consulta de especialidade, aumentando-se assim o tempo de espera para essas consultas?

Desde 1980 que os Centros de Saúde dispõem do plano de saúde para os idosos, então, o que é que se pode aditar mais? Se o tempo de espera nos Centros de Saúde já é tão prolongado, que mais medidas é que podem ser aditadas? Face ao envelhecimento da sociedade, será que os Centros de Saúde vão conseguir dar resposta ao aumento exponencial do seu trabalho?

Enquanto deputado, entendo que as autoridades de saúde devem encarar o envelhecimento da população com seriedade e reagir a esse desafio com toda a rapidez, promovendo de imediato as seguintes acções:

1. Aumentar os serviços médicos de que os idosos mais carecem: devido ao desequilíbrio entre a oferta e a procura, os idosos só teoricamente é que gozam do direito à saúde, na prática não, pois é longa a espera por serviços de diagnóstico, terapia e restabelecimento. Os serviços que os idosos mais reclamam incluem: 1) o diagnóstico e tratamento de doenças fatais - cancro, doenças cardiovasculares, dos pulmões, dos rins, e a diabetes; 2) o diagnóstico e tratamento de doenças não fatais mas que afectam, gravemente, a qualidade de vida - cataratas e outras doenças causadoras de cegueira, quedas, osteoartrite, e outras doenças do foro fisiológico e psiquiátrico; e 3) prevenção de doenças transmissíveis - tuberculose e gripe, pois os idosos são mais débeis e vulneráveis, para evitar a transmissão à família e à comunidade. São estas, sem dúvida, as três áreas que merecem reforço.

2. Alteração das prioridades: os custos com as doenças crónicas ameaçam disparar, devido ao envelhecimento da população, portanto, há que reformular a atenção e as prioridades no respeitante à aplicação de recursos, pois é com a prevenção que se reduzem as doenças. O objectivo principal dos serviços médicos deixa de ser apenas prolongar a vida, mas sim garantir e promover a qualidade de vida.

3. Garantir um serviço humanista, contínuo, integrado e concertado: quando os idosos recorrem aos serviços médicos enfrentam muitas vezes um sistema de saúde complexo, frio e burocrático, são até obrigados a aturar atitudes rudes e a mudar, vezes sem conta, de especialista, sem saberem quem se responsabiliza pela sua saúde. A medicina familiar deve ser reforçada, através da transformação dos clínicos gerais dos Centros de Saúde em verdadeiros gestores de saúde dos idosos e dos seus familiares, oferecendo-se um serviço humanitário - centrado no indivíduo e na família enquanto unidade -, contínuo e integral, articulando os serviços especializados de que os idosos carecem.

Intervenção do Deputado Chan Iek Lap em 18.05.2015

A insuficiência de vagas nas creches tem sido alvo de atenção da sociedade e são muitas as vozes que reclamam o aumento do seu número. Recentemente, uma entidade realizou um inquérito sobre o ponto de situação da necessidade de serviços de creches. Segundo os dados revelados pelos média, mais de 74% dos inquiridos acham que o serviço de creche a tempo parcial de meio dia não consegue satisfazer as necessidades dos pais.

Em relação aos rumos do Governo para aumentar o número de vagas das creches, mais de 90% das pessoas entendem que devem ser aumentadas para tempo inteiro, isto, porque um serviço de creche a tempo parcial de meio dia é demasiado curto, entra em conflito com o horário de trabalho dos pais e não se coaduna com o horário de descanso das crianças, etc. As razões de pôr as crianças nas creches incluem o elevar da sua capacidade de autocuidados e de adaptação à vida colectiva, e o permitir que passem pelo ensino pré-escolar. A percentagem dos casos em que se recorre às creches por não haver ninguém na família que cuide das crianças não é muito elevada e as razões principais da procura do serviço de creche são: esperar que as crianças aprendam a cuidar de si próprias e a conseguir adaptar-se cedo à vida colectiva.

Compreende-se o sentimento dos pais, ao quererem que as suas crianças se desenvolvam da melhor maneira. Na verdade, o problema actual da falta de vagas nas creches deve-se principalmente ao modelo de pensamento. De facto, na perspectiva de um saudável desenvolvimento físico e psicológico das crianças, nem sempre é bom que os pais as ponham demasiado cedo na creche.

Do ponto de vista da saúde, como a creche é um sítio onde se reúnem crianças, mesmo que os funcionários tenham procedido bem às tarefas de limpeza, as crianças podem apanhar infecções e contagiar facilmente as outras que aí se encontram. Do ponto de vista da psicologia, os melhores companheiros da criança são sempre os seus familiares e, de facto, ao longo do seu crescimento, também são eles os melhores docentes da criança.

Assim, se for possível, devem ser os próprios pais a cuidar dos filhos e a educá-los em casa, e não pô-los na creche só para seguir a multidão. Segundo os dados disponíveis do Instituto de Acção Social, existem em Macau 8300 vagas de creche, das quais 5900 com serviço a tempo inteiro e 2400, a tempo parcial de meio dia. Se olharmos para o número das crianças que nasceram em 2013 e em 2015 e ainda não perfizeram três anos – 6571, as vagas de creche em Macau conseguem, em princípio, satisfazer as necessidades da sociedade. Assim, os serviços competentes devem reforçar a divulgação dos conteúdos dos serviços prestados pelas creches, no sentido de permitir aos pais que conheçam, realmente, as funções daquelas, com vista a aliviar as pressões.

IAOD dos Deputados Leonel Alberto Alves, Vong Hin Fai e Tong lo Cheng em 18.05.2015

Esta intervenção é apresentada em meu nome e em nome dos deputados Leonel Alberto Alves e Vong Hin Fai.

Um deputado reparou, recentemente, que o prazo de arrendamento de alguns terrenos da RAEM termina em breve, e que, em relação a alguns deles, as concessões não podem ser automaticamente renovadas, de acordo com a Lei de terras, pois ainda não são definitivas.

A Administração reconheceu a situação, afirmou que não são poucos os terrenos envolvidos, e que ia proceder ao respectivo acompanhamento, nos termos da Lei de terras. Acrescentou ainda que todos os contratos de concessão de terrenos são publicados em Boletim Oficial, e que os residentes podem proceder à respectiva consulta a qualquer momento. Se consultamos o B.O., verificamos que muitos terrenos foram concedidos no final dos anos oitenta, início dos anos noventa, e que o prazo de concessão foi normalmente fixado em 25 anos, por isso, a partir deste ano começa a corrida para o fim dos prazos de concessão.

Nos termos do artigo 44.º da nova Lei de terras, a concessão por arrendamento só se converte em definitiva se forem cumpridas as cláusulas de aproveitamento e o terreno estiver demarcado definitivamente. A licença de utilização (vulgarmente designada por licença de ocupação) é uma prova do aproveitamento definitivo. Segundo a sociedade, em muitos dos terrenos concedidos existem construções, algumas quase prontas e até já com telhado, mas como é pouco provável que as vistorias e a obtenção da licença de ocupação tenham lugar a breve trecho, e o prazo de concessão termina em breve, nos termos da Lei de terras esses terrenos podem ser revertidos, depois de passado esse prazo e se não houver lugar a renovação.

Como todos sabem, em Macau a maioria das fracções são vendidas na fase de construção e muitas são hipotecadas. Se a situação referida se verificar e as fracções em construção já tenham sido vendidas e hipotecadas, serão muitos os afectados - pequenos proprietários, as suas famílias, e os bancos.

Convém referir que, nestes últimos anos, se registaram graves atrasos e suspensão do planeamento urbanístico e da autorização de projectos, e como o aproveitamento de terrenos depende da articulação do Governo, muitos projectos de construção ficaram, praticamente, suspensos, por isso, não é certo que tenham de ser apenas os concessionários a arcar com a responsabilidade pelos atrasos das obras. A questão é que a Lei de terras vigente não prevê, tal como também acontecia na antiga, as situações de inimputabilidade dos concessionários quanto aos prazos de concessão, portanto, não é de todo inaceitável considerar isto como uma lacuna da lei.

Com vista à melhoria da Lei de terras, aquando da apresentação da respectiva proposta de lei, o Governo deveria ter previsto a necessidade de regular as situações referidas, através da definição duma norma transitória adequada. Durante o processo legislativo, houve Deputados e operadores do sector que manifestaram as suas preocupações sobre as eventuais consequências desta lei, no entanto, acabou por não ser definida a tal norma transitória.

Entendemos que a recuperação dos terrenos cuja concessão não pode ser renovada de forma automática nos termos da Lei de Terras vigente terá um impacto enorme na sociedade. Nos casos em que o atraso das obras não é imputável à concessionária, a recuperação dos terrenos por caducidade do prazo de concessão vai originar grandes injustiças e afectar a estabilidade social.

Do ponto de vista do processo legislativo e da técnica jurídica, o problema pode ser resolvido através de uma norma transitória para esses casos específicos, seguindo-se depois a revisão da Lei de Terras.

Há opiniões que sugerem a remissão para o n.º 2 do artigo 52.º da Lei de Terras, que autoriza uma nova concessão do terreno recuperado à mesma concessionária por motivos de interesse público, uma opinião da qual discordamos. Primeiro, porque esta norma não tem como função nem finalidade tratar dos casos referidos, portanto, a sua aplicação não se coaduna com o objectivo de restrição do poder discricionário das autoridades que levou à revisão da Lei de Terras; e segundo, uma nova concessão implica a alteração de um conjunto de relações jurídicas, o que resulta num impacto difícil de suportar pela sociedade.

E, finalmente, é necessário salientar que a sugestão agora apresentada não tem por objectivo resolver interesses de um pequeno grupo de pessoas ou qualquer caso específico. Trata-se de uma medida que deve ser tomada para colmatar uma lacuna da lei, pelo facto de a referida situação não ter sido considerada durante o processo legislativo.

Na realidade, trata-se de um procedimento normal do processo legislativo a nível internacional, e Macau tomou, recentemente, uma medida legislativa semelhante para a Lei da Actividade de Mediação Imobiliária (Lei n.º16/2012). Deste modo, apelo ao Governo para dar atenção a este problema, e para tomar, quanto antes, medidas eficazes para a sua resolução.

IAOD do Deputado Chui Sai Cheong em 18.05.2015

Sr. Presidente,
Caros colegas:

Boa tarde!

Nestes últimos anos, a demolição de construções com valor histórico e de construções da nossa memória colectiva tem tido grande repercussão na sociedade. De facto, a renovação e a alteração da finalidade de algumas daquelas construções podem redundar em resultados inimagináveis.

A revitalização das construções antigas não é uma novidade. Já na década de sessenta do século passado, os governos federais dos Estados Unidos da América divulgaram sucessivos planos de reordenamento de bairros antigos e de revitalização desse tipo de construções, incluindo algumas fábricas centenárias. De facto, muitas delas estavam desaproveitadas há muitos anos e foram revitalizadas com bastante sucesso, passando a ser, por exemplo, museus da história da indústria, zonas comerciais, etc.. Também Hong Kong, nossa região vizinha, foi bem sucedida em alguns casos nestes últimos anos, por exemplo, com as transformações da estação policial de Tai O num hotel boutique e do edifício Lui Seng Chun num centro de saúde de medicina chinesa. Portanto, preservam-se as construções históricas e, ao mesmo tempo, beneficiam-se os diversos sectores da sociedade.

Macau, enquanto entreposto das culturas chinesa e ocidental, é também conhecida pelo seu “património cultural”, pois não faltam construções com valor histórico e da nossa memória colectiva. Se o Governo definir políticas e incentivar a revitalização e o aproveitamento das construções antigas, estou em crer que será possível fazer sobressair as características dessas construções e revelar o seu valor, com vista à respectiva articulação com o papel de centro mundial de turismo e lazer e à promoção do desenvolvimento da economia de Macau.